

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 235, DE 2010

Institui a Comissão Permanente de Saneamento.

Autor: Deputado CELSO MALDANER

Relator: Deputado RICARDO TRIPOLI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Resolução em apreço, de autoria do Deputado Celso Maldaner, acrescenta inciso ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para criar nova comissão permanente na Casa, a Comissão de Saneamento, com o seguinte campo temático e área de atuação:

“a) abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas.”

Em sua justificação, o autor faz relato sobre a importância do saneamento básico para a saúde e meio ambiente. Informa dados estatísticos que comprovam como a situação brasileira está longe de ser adequada. Em contrapartida, ressalta que com a aprovação da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, a situação deve mudar, uma vez que a lei firma o princípio da responsabilidade compartilhada entre a sociedade, empresas, governos estaduais, união e prefeituras no manejo do lixo.

A matéria é de competência do Plenário (RICD, art. 24, I). Tramita em regime de prioridade (RICD, art. 151, II, *b*, 4) e foi distribuída para exame a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e à Mesa (RICD, art. 216).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a e p*, art. 54 e art. 216, § 2º, I), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Resolução nº 235, de 2010.

O projeto de resolução sob exame atende a todos os requisitos constitucionais formais para tramitação, cuidando de matéria pertinente à competência privativa da Câmara dos Deputados, de iniciativa facultada a qualquer Deputado ou comissão.

Quanto ao conteúdo, não verificamos nenhuma incompatibilidade entre o ali proposto e as regras e princípios que informam a Constituição vigente.

Do ponto de vista da juridicidade, técnica legislativa e redação, será necessária a apresentação de duas emendas: uma, para incluir a expressão “(NR)” ao final do dispositivo alterado, como determina a Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre as normas de elaboração das leis; e outra, para corrigir o erro de grafia do vocábulo infraestrutura, que aparece em todas as alíneas com hífen.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e redação, com as emendas em anexo, do Projeto de Resolução nº 235, de 2010.

Sala das Reuniões, em de de 2013.

Deputado RICARDO TRIPOLI
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 235, DE 2010

Institui a Comissão Permanente de Saneamento.

EMENDA Nº 1

Inclua-se a expressão “(NR)” ao final do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, modificado pelo Projeto de Resolução em epígrafe.

Sala das Reuniões, em de de 2013.

Deputado RICARDO TRIPOLI
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 235, DE 2010

Institui a Comissão Permanente de Saneamento.

EMENDA Nº 2

Substitua-se o vocábulo infra-estrutura por infraestrutura nas alíneas a, b, c e d, do inciso XXI, do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, referidas no Projeto de Resolução em epígrafe.

Sala das Reuniões, em de de 2013.

Deputado RICARDO TRIPOLI
Relator